



Câmara Dos Deputados
Comissão Especial – PEC 45-A/2019 – Reforma Tributária

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45-A DE 2019**

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá
outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº _____, DE 2019

(Do Sr. Newton Cardoso Jr.)

Altera o art. 1º da Proposta de Emenda
Constitucional nº 45-A de 2019, para
acrescentar na Constituição Federal, dispositivo
que prevê que a extinção do voto de qualidade
no âmbito do Conselho Administrativo de
Recursos Fiscais (CARF).

Art. 1º. Inclua-se onde couber a seguinte Emenda aditiva ao art. 1º da Proposta
de Emenda Constitucional nº 45-A de 2019:

*“Art. X. Os cargos de Presidente das Turmas da Câmara Superior de Recursos
Fiscais, das câmaras, das suas turmas e das turmas especiais do CARF, serão
ocupados por conselheiros representantes da Fazenda Nacional, e os cargos de Vice-
Presidente, por representantes dos contribuintes, em igual número, devendo-se, no
caso de empate nas deliberações, aplicar-se a interpretação mais favorável ao
contribuinte, podendo a Procuradoria da Fazenda Nacional ingressar com ação
judicial na hipótese de decisão administrativa definitiva.”*

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo inserir na Constituição garantia processual aos
contribuintes em face da prática fiscal nefasta do “voto de qualidade” dos representantes da
Fazenda.

Criado em 2009, o CARF, que julga recursos voluntários, de ofício e de
natureza especial, constitui órgão colegiado e paritário, integrante do Ministério da Economia,

composto por representantes da Fazenda Nacional e representantes dos contribuintes, quatro cada.

Como as unidades são colegiadas e paritárias, pode haver empate em alguma decisão. Nesse caso, segundo disposto no § 9.º do art. 25, do referido Decreto, o desempate é feito por meio do voto de qualidade dos presidentes das turmas, câmaras e turmas especiais do CARF, os quais são, necessariamente, representantes da Fazenda Nacional.

Com a atual previsão, o direito a voto de qualidade dos presidentes de turma do CARF dá ao Fisco dois votos nos julgamentos, já que o Presidente de Turma, por força do já citado artigo 25, § 9º do Decreto n. 70.235/72, tem a prerrogativa de proferir, além do voto ordinário, o voto de qualidade, o que fere os princípios constitucionais da isonomia e da proporcionalidade, bem como está em franca contrariedade ao artigo 112 do Código Tributário Nacional - CTN.

Assim, valendo-se desta prerrogativa, os Presidentes de Turma, que, reitera-se, são, necessariamente, representantes da Fazenda Nacional, têm proferido voto e, em um segundo momento, no caso de empate, revertido o resultado do julgamento com novo voto (de qualidade), quase sempre em desfavor dos contribuintes.

Com o objetivo de buscar uma decisão mais imparcial no julgamento dos processos fiscais em âmbito administrativo, é que se propõe a presente Emenda, com vistas à extinção do voto de minerva do presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) nas decisões sobre processos fiscais, privilegiando a interpretação mais favorável ao contribuinte em caso de empate, com a possibilidade de a Procuradoria da Fazenda Nacional ingressar com ação judicial, o que beneficiará toda a sociedade.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2019

Newton Cardoso Jr.
Deputado Federal (MDB/MG)